

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.296 - PR (2018/0272852-8)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MARIA GESSER COELHO
ADVOGADO : THIAGO GUARDABASSI GUERRERO - SP320490
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - MG056526
LILLIAN CAROLINE SOARES ARAÚJO - PR072705

EMENTA

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO NCPC**. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. INTERRUPTÃO. OCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

MARIA GESSER COELHO (MARIA) promoveu contra o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO DO BRASIL) cumprimento individual da sentença proferida em ação coletiva ajuizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, que condenou a instituição financeira a pagar as diferenças de correção monetária decorrentes do Plano Verão para as cadernetas de poupança com vencimento na primeira quinzena de 1989.

O Juízo de 1º Grau rejeitou a impugnação apresentada pelo BANCO DO BRASIL.

O Tribunal de origem deu provimento ao agravo de instrumento interposto pelo BANCO DO BRASIL para reconhecer a prescrição da pretensão de MARIA, em acórdão assim ementado:

Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença da ação civil pública movida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC em face do Banco do Brasil S/A na 12ª Vara Cível de Brasília/DF. Decisão agravada que rejeitou a impugnação da entidade financeira. Sobrestamento do feito. Inaplicabilidade. Legitimidade ativa do poupador. Demonstração de vínculo associativo.

Desnecessidade. Prazo prescricional de cinco anos consolidado em recurso especial repetitivo, julgado nos termos do art. 543-C, do CPC/1973. Termo inicial contabilizado a partir do trânsito em

julgado da ação coletiva. Medida cautelar de protesto ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Interrupção do prazo prescricional. Inocorrência. Ilegitimidade do Ministério Público ao manejar incidente com o objetivo de interromper o prazo prescricional para o ajuizamento de ação autônoma para cumprimento de sentença de ação coletiva. Prescrição reconhecida. Tendo a sentença exequenda transitado em julgado em 27.10.2009 e o ajuizamento do cumprimento sido protocolado em 01.12.2016, quando já decorrido o prazo de cinco anos, está prescrita a pretensão executória.

Recurso conhecido e provido em parte (e-STJ, fl. 62).

Irresignada, MARIA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da CF, apontando divergência jurisprudencial e violação dos arts. 240 e 726, ambos do NCPC, 202 do CC/02, 81, 82, 83, 97 e 100, todos do CDC, e 5º, I, da Lei nº 7.347/85, sustentando, em síntese, que a cautelar de protesto ajuizada pelo Ministério Público interrompeu o prazo prescricional para o cumprimento de sentença.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 125/134), o recurso especial foi inadmitido na origem (e-STJ, fls. 149/151), sobrevindo o presente agravo (e-STJ, fls. 159/178).

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade do recurso, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O agravo em recurso especial é espécie recursal cabível e, ademais, foi interposto tempestivamente e com impugnação adequada aos fundamentos da decisão agravada. **CONHEÇO**, portanto, do agravo e passo ao exame do recurso especial.

Da interrupção da prescrição

MARIA sustentou a legitimidade ativa do Ministério Público para o ingresso da ação cautelar de protesto e a ocorrência de causa interruptiva da prescrição.

O Tribunal de origem manteve o reconhecimento da prescrição da

pretensão executiva, nos seguintes termos:

No caso, o trânsito em julgado da sentença exequenda (ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9) ocorreu em 27.10.2009, data em que teve início a contagem do prazo prescricional para executá-la.

Ocorre que a agravada ajuizou o presente cumprimento de sentença apenas em 01.12.2016. Ou seja, após o transcurso do prazo de cinco anos.

Desse modo, conforme bem alegado pela instituição financeira, como o cumprimento de sentença foi ajuizado em prazo superior a cinco anos do trânsito em julgado da decisão exequenda, está prescrita a pretensão executória da autora.

Cabe ainda observar que o REsp nº. 1.273.643/PR transitou em julgado em 13.08.2014.

E, diferente do alegado pela agravada na inicial do cumprimento de sentença, a propositura da ação cautelar de protesto nº 2014.01.1148561-3 ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios não tem o condão de interromper o prazo prescricional para os poupadores promoverem ações autônomas de execução de sentença.

Isso porque o Ministério Público não tem legitimidade para manejar incidente objetivando interromper o prazo prescricional para o ajuizamento de ação individual de cumprimento de sentença de ação coletiva, uma vez que apenas os poupadores detentores do direito material ou seus respectivos sucessores são legitimados para sua propositura (e-STJ, fls. 75/76).

Tal posicionamento, no entanto, está em desconformidade com o entendimento desta Corte que é firme no sentido de que, tratando-se de demanda coletiva, o prazo prescricional para a execução individual da sentença coletiva pode ser interrompido pelo ajuizamento do protesto manejado pelo *Parquet*.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública.

2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.753.269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe 29/5/2019)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PROPOSITURA DE PROTESTO JUDICIAL PELO ENTE SINDICAL. POSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997. APLICABILIDADE AOS PROCESSOS EM CURSO.

1. De acordo com o art. 9º do Decreto n. 20.910/1932, 'a prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo'. O prazo para propositura de execução contra a Fazenda Pública, nos termos do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e da Súmula 150 do STF, também é de cinco anos, contados do trânsito em julgado do processo de conhecimento.

2. Todavia, tratando-se de demanda coletiva, o prazo de prescrição para a execução individual do título pode ser interrompido pela propositura do protesto, voltando a correr pela metade a partir do ato interruptivo.

3. Os juros moratórios devem incidir no patamar de 0,5% (meio por cento) ao mês após a vigência do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, incluído pela MP 2.180-35/2001, e no percentual estabelecido para a caderneta de poupança, a partir da Lei n. 11.960/2009.

4. Agravo regimental provido em parte.

(AgRg no Ag 1.223.632/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 24/9/2014)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS PREPARATÓRIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA.

[...]

3. No caso em julgamento, o Ministério Público estadual propôs ação cautelar para exibição de documentos bancários (listagem de correntistas da agência bancária e cópias dos contratos celebrados entre as partes), de modo a constatar a ocorrência de alegada prática abusiva quanto à imposição para aquisição de produtos bancários ("venda casada"), com vistas a eventual ajuizamento de ação civil pública.

4. O contingente de inúmeros correntistas, clientes da ré, possivelmente compelidos a adquirir produtos agregados quando buscam abertura de contas-correntes, pedidos de empréstimos ou outros serviços bancários, denota a origem comum dos direitos individuais e a relevância social da demanda, exsurgindo a legitimidade ativa do Parquet também para a ação cautelar.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 986.272/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
Quarta Turma, DJe 1º/2/2012)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial a fim de determinar o retorno dos autos à origem para que verifique a ocorrência da prescrição nos termos da jurisprudência desta Corte.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

